



TESTE SELETIVO – EDITAL N.º 141/2017-PRH
ECONOMISTA

INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA E PREENCHIMENTO DA FOLHA DE RESPOSTAS

- Verifique se este caderno contém 40 questões e assine-o no local apropriado.
- Confira os dados da folha de respostas e assine-a no local apropriado.
- A folha de respostas é o único documento hábil para a correção da prova objetiva e **deverá** ser preenchida com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- A marcação das letras na folha de respostas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica de cor azul ou preta**, conforme o exemplo:



- Na folha de respostas, não poderá haver rasuras e não poderá haver mais de uma alternativa assinalada para cada questão; caso isso ocorra, a questão será anulada.
- Não haverá substituição da folha de respostas.
- A prova terá duração de 03 (três) horas, incluindo o preenchimento da folha de respostas.
- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após uma hora e trinta minutos do início da prova.
- O candidato que necessitar utilizar o sanitário deverá solicitar isso ao aplicador de prova.
- Este caderno de prova **não** poderá ser levado. O candidato poderá transcrever as respostas no rascunho abaixo e levá-lo consigo ao término da prova.

NOME DO CANDIDATO: _____

ASSINATURA DO CANDIDATO: _____

Maringá, 12 de novembro de 2017.

✂Corte na linha pontilhada

UEM – Edital N.º 141/2017-PRH – Teste Seletivo para a função de Economista

RASCUNHO – ANOTE AQUI AS SUAS RESPOSTAS

Questões	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Respostas																				
Questões	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Respostas																				

CRONOGRAMA:

- Divulgação do gabarito e do caderno de prova: 13-11-2017, às 17h.
- Entrega dos **Títulos**: 13 e 14-11-2017 na Divisão de Recrutamento e Seleção da UEM, bloco P-03 (subsolo), em Maringá-PR, no horário das 7h40min às 11h40min e das 13h30min às 17h.
- Divulgação do resultado final: 13-12-2017, às 17h, no endereço www.uem.br/concurso.
- O caderno de prova ficará disponível em www.uem.br/concurso até a divulgação do resultado final.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

Questão 01

Em relação aos itens que compõem os investimentos em um projeto, pode-se afirmar que não atendem totalmente a este requisito

- A) seguros de transporte de equipamentos.
- B) capital de giro próprio e de terceiros.
- C) máquinas e equipamentos.
- D) licenças e testes pré-operacionais.
- E) estudos de viabilidade técnica.

Questão 02

No fluxo de caixa de um projeto, observa-se a necessidade de considerar valores para imprevistos. Neste sentido, pode-se afirmar que

- A) os valores para imprevistos são de estimação precisa.
- B) os valores de imprevistos, em caso de estabilidade de previsão dos itens que compõem o fluxo de caixa do projeto, podem não ser considerados.
- C) os valores para imprevistos e análise de sensibilidade são a mesma coisa.
- D) é uma taxa fixa utilizada no fluxo de caixa dos projetos.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

Questão 03

Qual a principal desvantagem do método do tempo de recuperação do investimento não descontado?

- A) O método não leva a um resultado em termos de análise de investimento consistente.
- B) Trata-se de um método que apresenta tempo de recuperação do investimento de um projeto.
- C) Trata-se de um método de apoio à taxa interna de retorno para fins de tomada de decisão.
- D) A alternativa C está correta.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

Questão 04

Em análise de investimentos, alguns métodos podem ser usados para incorporar a avaliação de risco à projeção de valores, como análise de sensibilidade, análise de cenários e a simulação de Monte Carlo. A esse respeito pode-se afirmar que

- A) o método Monte Carlo consiste em avaliar as alterações nos resultados calculados, após alterações em uma determinada variável.
- B) a análise de sensibilidade é uma técnica na qual circunstâncias financeiras favoráveis e desfavoráveis são comparadas a uma situação mais provável.
- C) A análise de cenários utiliza ferramentas computacionais para simular cenários futuros, baseados em variáveis cujos valores são gerados aleatoriamente dentro de uma distribuição de probabilidade que as representa. Essas variáveis aleatórias são chamadas estocásticas.
- D) as alternativas A e B estão corretas.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

Questão 05

Os projetos de análise de investimento, de acordo com suas características, são classificados em projetos sociais ou projetos privados. Nesse sentido, qual a alternativa **incorreta**?

- A) Nos projetos sociais, os aspectos mais importantes referem-se, em sua totalidade, à comunidade.
- B) Nos projetos privados, apesar de trazerem benefícios para toda a sociedade, os objetivos e as metas são mais pontuais.
- C) Diferentemente do projeto privado, os projetos sociais não devem estar preocupados com benefícios máximos para a sociedade.
- D) Nos projetos sociais, a avaliação ganha complexidade em relação aos projetos privados, incluindo-se aspectos complementares.
- E) Todas as alternativas estão relacionadas ao tema.

Questão 06

Na elaboração do fluxo de caixa livre para fins da análise de investimentos, a depreciação deve ser considerada

- A) para fins de tributação.
- B) como investimento no fluxo de caixa.
- C) a depreciação não deve ser levada em consideração.
- D) como um custo variável.
- E) Todas as alternativas estão corretas.

Questão 07

Em relação à localização de um projeto de investimento, não se pode afirmar que

- A) os serviços básicos influem na decisão da localização.
- B) existem projetos que devem pautar na localização do mercado consumidor e outros relacionados à oferta de matéria-prima.
- C) qualidade de vida e disponibilidade de mão de obra estão relacionados à localização.
- D) o não atendimento a requisitos essenciais de microlocalização não podem alterar a macrolocalização.
- E) A alternativa A está correta.

Questão 08

Em relação aos fatores que contribuem com os projetistas na eliminação de alternativas inviáveis de projetos de investimentos, quando da determinação do tamanho ótimo do projeto. Qual a alternativa **correta**?

- A) Limitação da capacidade financeira e empresarial.
- B) Inviabilidade tecnológica.
- C) Inviabilidade de mercado.
- D) Inviabilidade de localização.
- E) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

Questão 09

Considere os dados abaixo para calcular o valor presente líquido (VPL) de um projeto de investimentos e indique a alternativa **correta**.

- Investimento total.....R\$ 150.000,00
- Taxa alternativa.....10% ao ano
- Fluxo de caixa livre anual.....R\$ 90.000,00
- Horizonte de planejamento.....3 anos

- A) Aproximadamente R\$ 59.000,00.
- B) Aproximadamente R\$ 73.800,00.
- C) Aproximadamente R\$ 120.000,00.
- D) Aproximadamente R\$ 66.000,00.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores.

Questão 10

Qual a diferença entre os métodos da taxa interna de retorno (TIR), valor presente líquido (VPL) e a taxa mínima de atratividade (TMA)?

- A) A TIR apresenta o resultado em percentual.
- B) O VPL apresenta um valor monetário.
- C) A TMA é uma taxa percentual.
- D) A TMA pode sofrer variação de fatores externos.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

Questão 11

Em relação às oportunidades e ameaças em um plano de negócios, podemos considerar que os seguintes fatores estão relacionados:

- A) política econômica.
- B) surgimento de tecnologias disruptivas.
- C) problemas de gerenciamento financeiro e de produção.
- D) As alternativas A e B estão corretas.
- E) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

Questão 12

Um projeto de investimento demanda R\$ 100.000,00 em investimentos totais, sendo que 30% serão destinados ao capital de giro e o restante para aquisição de ativos fixos e um valor residual de 10% ao final de sua vida útil. Considerando um horizonte de planejamento de 2 anos, uma taxa alternativa de 9% ao ano, um fluxo de caixa líquido anual de R\$ 70.000,00 e sem considerar a depreciação e os impostos, pode-se afirmar que o valor presente líquido desse projeto de investimento será de

- A) aproximadamente R\$ 54.280,00.
- B) aproximadamente R\$ 23.137,00.
- C) aproximadamente R\$ 48.388,00.
- D) aproximadamente R\$ 20.029,00.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores.

Questão 13

Como pode ser expresso o capital próprio no Patrimônio Líquido do demonstrativo do Balanço Patrimonial de uma empresa?

- A) Aporte de capital dos sócios.
- B) Lançamento de ações no mercado aberto ou fechado.
- C) Por empréstimo nas Instituições Financeiras Públicas.
- D) Por empréstimo nas Instituições Financeiras Privadas.
- E) As alternativas A e B estão corretas.

Questão 14

Uma das variáveis que exercem influência na análise de viabilidade de um projeto em termos de ambiente e da análise de sensibilidade é

- A) a taxa interna de retorno.
- B) o produto interno bruto.
- C) o valor presente líquido.
- D) As alternativas A e B estão corretas.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

Questão 15

Conforme atualmente exposto na lei n.º 8.666/1993, por meio de suas diversas atualizações, licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia. No entanto, “em igualdades de condições”, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços que sejam

- A) produzidos por empresas da mesma região ou cidade onde ocorre a licitação; por empresas públicas; por empresas cooperativas; por empresas sem fins lucrativos.
- B) produzidos no País; produzidos ou prestados por empresas brasileiras; produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- C) produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional; produzidos no País; produzidos ou prestados por empresas brasileiras; produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- D) produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional; produzidos ou prestados por empresas brasileiras; produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- E) produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional; produzidos ou prestados por empresas brasileiras; produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; produzidos por microempresas e empresas de pequeno porte.

Questão 16

A lei n.º 8.666/1993, por meio de suas diversas atualizações, permite que em processos de licitação possa ser estabelecida margem de preferência para

- A) produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.
- B) bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- C) para os produtos manufaturados e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País.
- D) a lei n.º 8.666/1993 não permite que os processos de licitação estabeleçam quaisquer margens de preferências, existindo critério de preferência apenas no caso de empate entre as propostas.
- E) As opções A, B e C são todas permitidas como critério de preferência em processos licitatórios.

Questão 17

As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços precisam atender a diversas exigências e vedações estabelecidas na lei n.º 8.666/1993. Entre as opções abaixo indique aquela que não está vedada.

- A) Inclusão no objeto da licitação da obtenção de recursos financeiros para sua execução.
- B) Inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo.
- C) Realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.
- D) Incluir no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução nos casos de empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão, nos termos da legislação específica.
- E) Todas as opções acima são vedadas.

Questão 18

Entre as afirmações abaixo, aponte aquela que não está alinhada ao estabelecido na lei n.º 8.666/1993.

- A) Os contratos regidos pela lei n.º 8.666/1993 poderão ser alterados, com as devidas justificativas, quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por essa lei.
- B) Os contratos regidos pela lei n.º 8.666/1993 poderão ser alterados, com as devidas justificativas, quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.
- C) A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras. Neste caso, caberá ao contratado prestar a garantia apenas por meio da caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública.
- D) Nas licitações para a execução de obras e serviços, quando for adotada a modalidade de execução de empreitada por preço global, a Administração deverá fornecer, obrigatoriamente, junto com o edital, todos os elementos e as informações necessários para que os licitantes possam elaborar suas propostas de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação.
- E) No caso de obras, serviços e compras de grande vulto, de alta complexidade técnica, poderá a Administração exigir dos licitantes a metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, antecederá sempre à análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos.

Questão 19

Conforme exposto na Portaria Interministerial n.º 424/2016, entre as cláusulas necessárias nos instrumentos regulados pela portaria está a que estabelece

- A) o objeto e seus elementos característicos, em consonância com o plano de trabalho, que integrará o termo celebrado independentemente de transcrição.
- B) a vigência, fixada de acordo com o prazo previsto para a consecução do objeto e em função das metas estabelecidas.
- C) a obrigação do concedente prorrogar "de ofício" a vigência do instrumento antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.
- D) a ciência sobre a não sujeição ao sigilo bancário, quanto a União e respectivos órgãos de controle, por se tratar de recurso público.
- E) Todas as alternativas anteriores são necessárias, conforme a Portaria Interministerial n.º 424/2016.

Questão 20

A Portaria Interministerial n.º 424/2016 estabelece que o instrumento contratual deverá ser executado em estrita observância às cláusulas avençadas e às normas pertinentes e aponta varias vedações. Nas alternativas abaixo, qual não está estritamente indicada como uma vedação pela referida Portaria?

- A) A remuneração da equipe dimensionada no plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da entidade, podendo contemplar despesas com pagamentos de tributos, FGTS, férias e décimo terceiro salário proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais.
- B) A realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto, no que se refere às multas e aos juros, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo concedente ou mandatária, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado.
- C) O pagamento, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública, ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados.

- D) A efetivação de pagamento em data posterior à vigência do instrumento, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado.
- E) A utilização, ainda que em caráter emergencial, dos recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento.

Questão 21

Segundo a Portaria Interministerial n.º 424/2016, indique qual das opções abaixo não é competência e responsabilidade dos proponentes ou convenientes.

- A) Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no instrumento, observando prazos e custos, designando profissional habilitado no local da intervenção com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.
- B) Selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo concedente ou pela mandatária, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando ao concedente ou à mandatária sempre que houver alterações.
- C) Realizar a comunicação às câmaras municipais e assembleias legislativas da assinatura do termo e da liberação de recursos financeiros, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data da liberação em, conformidade com a lei n.º 9.452, de 20 de março de 1997.
- D) Notificar, no caso dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede no ente, quando ocorrer a liberação de recursos financeiros, como forma de incrementar o controle social, conforme consagrado pela lei n.º 9.452, de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico.
- E) Instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do instrumento, promovendo as comunicações necessárias.

Questão 22

Considere as afirmações a seguir a respeito das finanças públicas brasileiras e orçamento público.

- I) A Dívida Líquida do Setor Público representa a diferença entre as dívidas e os créditos do setor público não-financeiro e do Banco Central.
- II) O pagamento de juros sobre a dívida pública faz parte do cálculo das necessidades de financiamento do setor público no conceito primário.
- III) O orçamento público brasileiro tem caráter autorizativo, e não impositivo, exceto no caso das emendas parlamentares individuais.
- IV) A execução orçamentária e financeira das emendas parlamentares individuais é obrigatória até o limite de 1,2% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, exceto no caso de impedimento de ordem técnica ou se houver possibilidade de que a meta de resultado fiscal não seja cumprida.
- V) Se, ao final de um bimestre, a realização da receita indicar que as metas de resultado fiscal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais não serão cumpridas, todas as despesas autorizadas na Lei Orçamentária poderão sofrer limitação de empenho e movimentação financeira em montante e pelo tempo necessário para assegurar o cumprimento das metas.

Estão **corretas** apenas as afirmações contidas em

- A) I, II e III.
- B) II e III.
- C) I, III e IV.
- D) I e IV.
- E) IV e V.

Questão 23

A Constituição Federal de 1988 determina que o planejamento orçamentário da Administração Pública ocorra a partir de três instrumentos principais, cada um deles com funções bem delimitadas e integradas entre si: o Plano Plurianual de Investimentos (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). A respeito dos referidos instrumentos de planejamento, assinale a alternativa **correta**.

- A) O Plano Plurianual é o principal instrumento de planejamento de médio prazo do poder público. É elaborado no primeiro ano de mandato presidencial para vigorar pelos três anos subsequentes (até o último ano do mandato).
- B) A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as despesas com programas de duração continuada.
- C) A Lei Orçamentária deverá apresentar em anexo o demonstrativo da compatibilização do orçamento com os objetivos e as metas definidos no Anexo de Metas Fiscais da LDO.
- D) O projeto de Lei Orçamentária da União deve ser encaminhado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo até 8 meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro (15 de abril) e devolvido para a sanção presidencial até o final do primeiro período da sessão legislativa (17 de julho).
- E) Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

Questão 24

A respeito do Orçamento-programa, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) Ao contrário do orçamento-tradicional, a principal característica do Orçamento-programa é a ênfase no objetivo do gasto, em vez da simples preocupação com a categoria do dispêndio.
- B) O Orçamento-programa estabelece as metas e as prioridades da administração pública federal, incluindo as metas de resultado fiscal, orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual e do Orçamento de Investimento das empresas estatais nas quais a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- C) A implantação do Orçamento-programa deve incluir pelo menos três etapas: i) classificação das despesas por programa; ii) estabelecimento de metas e quantificação dos recursos necessários a seu atingimento; iii) estabelecimento de indicadores para aferição de custos e resultados de cada programa.
- D) O sistema de classificação dos gastos utilizados no Orçamento-programa inclui funções, subfunções, programas, subprogramas, projetos e atividades.
- E) No Orçamento-programa, o orçamento é o elo entre o planejamento e as funções executivas da organização.

Questão 25

Considere as seguintes afirmações relativas à natureza e à estrutura das despesas públicas.

- I) A classificação institucional da despesa evidencia as unidades administrativas responsáveis pela execução da despesa e está estruturada em dois níveis hierárquicos: órgão orçamentário e unidade orçamentária.
- II) A classificação funcional da despesa busca responder à indagação “em que área” de ação governamental a despesa será realizada.
- III) A classificação da despesa, segundo a sua natureza, compõe-se de Categoria Econômica, Grupo de Natureza da Despesa, Modalidade de Aplicação e Elemento de Despesa, com desdobramento facultativo do elemento de despesa.
- IV) Quanto ao Grupo de Natureza da Despesa, a despesa orçamentária é classificada em duas categorias: Despesas Correntes e Despesas de Capital.
- V) Quanto à Modalidade de Aplicação, a despesa orçamentária pode ser agrupada em: Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, Investimentos, Inversões Financeiras, Amortização da Dívida e Outras Despesas Correntes.

Estão **corretas** apenas as afirmações contidas em

- A) I, II e IV.
- B) I e II.
- C) II e III.
- D) II, III e V.
- E) I, II e III.

Questão 26

Avalie as afirmações a seguir sobre orçamento público e administração orçamentária e indique a alternativa **incorreta**.

- A) A despesa orçamentária é classificada em duas etapas: planejamento e execução.
- B) O Empenho é o primeiro estágio da execução da despesa orçamentária. É registrado no momento da contratação do serviço, aquisição do material ou bem, obra e amortização da dívida.
- C) O empenho da despesa garante ao credor a reserva de dotação orçamentária para pagamento de relações contratuais existentes, porém não cria obrigação para o Estado.
- D) As despesas pendentes de empenho e de liquidação até o final do exercício financeiro serão inscritas em Restos a Pagar.
- E) Os Restos a Pagar classificam-se em dois tipos: processados e não-processados.

Questão 27

Com relação aos conceitos e às normas legais da administração financeira e orçamentária, avalie as afirmações a seguir e indique a alternativa **incorreta**.

- A) De acordo com o Princípio da Transparência, a Lei Orçamentária de cada ente federado deve conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundação instituídos e mantidos pelo Poder Público.
- B) O Princípio do Equilíbrio estabelece que a despesa fixada no orçamento não ultrapasse a receita prevista.
- C) A chamada “Regra de Ouro” das finanças públicas (Art. 167 da Constituição Federal de 1988) proíbe o governo de realizar operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, exceto se essas operações forem autorizadas por maioria absoluta do Poder Legislativo.
- D) O Poder Legislativo pode autorizar, na própria Lei Orçamentária, limites para que o Presidente da República suplemente, por decreto, dotações cujos recursos previstos no orçamento sejam insuficientes.
- E) Se, durante a execução do orçamento público, surgir a necessidade de realizar despesas que não tenham sido previstas na Lei Orçamentária, o Poder Executivo deve submeter ao Congresso Nacional um projeto de lei de crédito adicional especial.

Questão 28

A respeito da Lei Complementar n.º 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, considere as seguintes afirmações.

- I) A criação de despesas obrigatórias de caráter continuado deverá ser compensada por aumento permanente de receita ou redução permanente de outras despesas, incluindo-se nesse mecanismo de compensação o serviço da dívida e o reajuste da remuneração dos servidores públicos.
- II) Nos dois últimos quadrimestres do último ano de mandato, é vedado ao governante contrair obrigação de despesa que não possa ser paga no mesmo exercício. Se isso ocorrer, o governante deverá assegurar disponibilidade de caixa para o exercício seguinte.
- III) A Lei de Responsabilidade Fiscal fixa limites de gastos com pessoal como percentual das receitas correntes líquidas, para os três Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Para a União, o limite máximo para gastos com pessoal não pode exceder 60% da Receita Corrente Líquida, em cada período de apuração.
- IV) Se a despesa total com pessoal ultrapassar o limite fixado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o percentual excedente terá de ser eliminado nos 2 quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro quadrimestre. Esse prazo para retomada do limite, contudo, não se aplica no último ano de mandato.
- V) A Lei de Responsabilidade Fiscal definiu um limite global para o montante da dívida consolidada de todas as esferas de governo, fixado em percentual do produto interno bruto para cada esfera de governo e aplicados igualmente a todos os entes da Federação que a integrem, constituindo, para cada um deles, limites máximos.

Estão **corretas** apenas as afirmativas contidas em

- A) I e V
- B) II e III.
- C) II e IV.
- D) III e IV.
- E) II, III e V.

LÍNGUA PORTUGUESA

Planos de Saúde: a situação está cada vez pior

1 Contratar um plano de saúde tem se tornado um desafio cada vez maior para o brasileiro. Em nosso tradicional teste, constatamos, novamente, a baixa oferta de planos individuais — a melhor alternativa — e que muitas das opções analisadas deixam a desejar, seja por conta da qualidade do produto, seja por estarem passando por alguma intervenção da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Em função disso, mais uma vez, não teremos a **escolha certa** em nosso estudo.

2 Neste ano, vimos que a situação não anda mesmo nada favorável para quem precisa contratar um novo plano nessa crise econômica, com milhões de desempregados. Esse cenário acaba levando muita gente a optar pelos planos coletivos, o que não é uma boa ideia. Isso porque, embora nos preços iniciais desse tipo seja mais atraente, a realidade não é bem assim na hora do reajuste.

3 Se não bastasse, você sabia que tramita no Congresso, em regime de urgência, uma verdadeira ameaça aos seus direitos? Entre o maior dos retrocessos, há a tentativa de afastar a aplicação do Código de Defesa do Consumidor nos contratos de saúde. Por conta disso, a PROTESTE lançou a campanha "Paciente é consumidor", para que você diga não a essas alterações.

4 Mas por que será que as operadoras estão deixando de lado os contratos individuais? Como os planos coletivos não são regulados nem fiscalizados pela ANS, tornaram-se mais atrativos. No entanto, a verdade é que são mais arriscados para os consumidores e mais vantajosos para as operadoras. Eles funcionam como livre negociação entre as partes, principalmente no que se refere aos reajustes.

5 Já nos contratos individuais ou familiares, feitos diretamente com a operadora ou por intermédio de um corretor, os reajustes só são feitos com prévia autorização da ANS e o cancelamento unilateral do plano só pode ocorrer por fraude ou se você atrasar a mensalidade por um período superior a 60 dias, consecutivos ou não, nos últimos 12 meses. Mesmo assim, a operadora precisa avisar você antes de realizar o cancelamento.

6 Os planos coletivos só podem ser contratados por meio de pessoa jurídica, de forma empresarial para os funcionários ou por adesão para os filiados a associações ou sindicatos. O contrato pode ser cancelado pela operadora a qualquer momento, de maneira unilateral, mesmo estando com a mensalidade em dia.

7 Vale ressaltar ainda que os aumentos das mensalidades dos contratos coletivos ocorrem com base na taxa de sinistralidade, que significa que a operadora leva em conta o custo do plano contra os riscos assumidos por ela. Por exemplo, se em determinado período houver muitos casos de tratamentos de custos elevados, como sessões de quimioterapia ou um parto, a taxa de sinistralidade será alta e os reajustes também. Fique atento ainda se o plano coletivo for contratado por pequenos grupos. Embora o aumento imposto pela operadora seja diluído entre os participantes, pode se tornar pesado se a taxa de sinistralidade for alta.

8 Cabe destacar ainda que, em nossa avaliação, nenhum dos planos cobre atendimento em caso de acidentes ou doenças provocadas por fenômenos da natureza, nem por revoluções, greves e tumultos. Em relação à cobertura geográfica, também não tivemos bons resultados, já que a maior parte dos planos analisados neste estudo cobria apenas municípios (63%), seguidos por planos nacionais (27%) e estaduais (6%).

9 Avaliamos também o prazo de carência cobrado pelas operadoras, em casos de exames de menor complexidade (hemograma) e de maior complexidade (ressonância magnética). Quase todos os planos exigiram a carência de até 30 dias para a realização de procedimentos simples e mais de 120 dias para casos de alta complexidade. Verificamos ainda que, na maioria dos planos analisados, é preciso solicitar autorização prévia da operadora para realizar alguns exames. Por isso, todas as empresas foram mal avaliadas.

Texto adaptado de Revista PROTESTE! Dinheiro e Direitos, 70, outubro-novembro 2017. p. 16-18.

Questão 29

Considere as afirmações seguintes a partir das informações do texto.

- I) A campanha "Paciente é consumidor", lançada pela PROTESTE, visa à manutenção dos direitos do consumidor nos contratos de saúde.
- II) A tentativa de afastar a aplicação do Código de Defesa do Consumidor nos contratos de saúde é considerada um retrocesso pela PROTESTE.
- III) De acordo com a PROTESTE, tanto os planos de saúde individuais quanto os planos de saúde coletivos só podem ter seus valores reajustados mediante prévia autorização da ANS.

Agora assinale a alternativa **correta**.

- A) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- B) Apenas as afirmações I e III estão corretas.
- C) Apenas as afirmações II e III estão corretas.
- D) Todas as afirmações estão corretas.
- E) Todas as afirmações estão incorretas.

Questão 30

Considere as afirmações seguintes a partir das informações do texto.

- I) Nos planos de saúde coletivos, a operadora pode cancelar contratos de modo unilateral, mesmo que a mensalidade esteja em dia.
- II) Os planos de saúde coletivos são mais atrativos somente porque o reajuste é dividido entre as pessoas que os contratam.
- III) Os milhões de desempregados optam pelos planos coletivos porque seus preços são mais atraentes.

Agora assinale a alternativa **correta**.

- A) Apenas as afirmações I e II estão incorretas.
- B) Apenas as afirmações I e III estão incorretas.
- C) Apenas as afirmações II e III estão incorretas.
- D) Todas as afirmações estão incorretas.
- E) Todas as afirmações estão corretas.

Questão 31

Considere as afirmações seguintes a partir das informações do texto.

- I) A crise econômica não interfere na opção das pessoas por planos de saúde coletivos, pois seus preços iniciais e a divisão dos reajustes são sempre uma boa alternativa em tempos de crise.
- II) As operadoras estão deixando de lado os contratos individuais porque os contratos coletivos beneficiam bem mais os consumidores, além de proporcionar mais lucro às operadoras.
- III) Os aumentos das mensalidades dos contratos coletivos são a melhor alternativa para os consumidores porque os reajustes são divididos em pequenos grupos, conforme a taxa de sinistralidade.

Agora assinale a alternativa **correta**.

- A) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- B) Apenas as afirmações I e III estão corretas.
- C) Apenas as afirmações II e III estão corretas.
- D) Todas as afirmações estão corretas.
- E) Todas as afirmações estão incorretas.

Questão 32

Considere as afirmações seguintes a partir das informações do texto.

- I) No excerto "[...] constatamos, novamente, a baixa oferta de planos individuais [...]" (primeiro parágrafo), a palavra em destaque indica que a revista PROTESTE já fez um teste com planos de saúde antes do apresentado no texto.
- II) No excerto "[...] mais uma vez, não teremos a escolha certa em nosso estudo." (primeiro parágrafo), a expressão em destaque permite inferir já houve situações em que a revista PROTESTE não indicou a escolha certa.
- III) No excerto "[...] é preciso solicitar autorização prévia da operadora para realizar alguns exames." (nono parágrafo), a expressão em destaque permite concluir que todos os planos de saúde apresentam restrições para realizarem todos os tipos de exames.

Agora assinale a alternativa **correta**.

- A) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- B) Apenas as afirmações I e III estão corretas.
- C) Apenas as afirmações II e III estão corretas.
- D) Todas as afirmações estão corretas.
- E) Todas as afirmações estão incorretas.

Questão 33

Considere as afirmações seguintes a partir das informações do texto.

- I) O excerto “[...] para que você diga não a essas alterações.” (terceiro parágrafo) permite inferir que a PROTESTE conta com seus leitores na campanha “Paciente é consumidor”.
- II) O excerto “Se não bastasse, você sabia que tramita no Congresso, em regime de urgência, uma verdadeira ameaça aos seus direitos?” (terceiro parágrafo), com o emprego de uma pergunta feita diretamente ao leitor do texto, marcada pelo emprego do pronome “você”, mostra uma forma de interação estabelecida pela PROTESTE com seus leitores.
- III) O excerto “Em relação à cobertura geográfica [...]” (oitavo parágrafo) faz referência aos municípios, aos estados e ao país pelo emprego da palavra “geográfica”.

Agora assinale a alternativa **correta**.

- A) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- B) Apenas as afirmações I e III estão corretas.
- C) Apenas as afirmações II e III estão corretas.
- D) Todas as afirmações estão corretas.
- E) Todas as afirmações estão incorretas.

Questão 34

No excerto “Avaliamos também o prazo de carência cobrado pelas operadoras, em casos de exames de menor complexidade (hemograma) e de maior complexidade (ressonância magnética).” (nono parágrafo), há uma figura de linguagem chamada

- A) catacrese.
- B) antítese.
- C) metáfora.
- D) eufemismo.
- E) anacoluto.

Questão 35

Assinale a alternativa **incorreta** quanto à pontuação empregada no texto.

- A) Em “Mas por que será que as operadoras estão deixando de lado os contratos individuais?” (quarto parágrafo), o ponto de interrogação foi usado para fazer uma pergunta.
- B) Em “Contratar um plano de saúde tem se tornado um desafio cada vez maior para o brasileiro.” (primeiro parágrafo), o ponto final foi usado para encerrar uma frase declarativa.
- C) Em “[...] a baixa oferta de planos individuais — a melhor alternativa — e que muitas das opções analisadas deixam a desejar [...]” (primeiro parágrafo), os travessões foram usados para indicar a troca de interlocutores.
- D) Em “Fique atento ainda se o plano coletivo for contratado por pequenos grupos.” (sétimo parágrafo), o ponto final foi usado para encerrar uma frase declarativa.
- E) Em “Mesmo assim, a operadora precisa avisar [...]” (quinto parágrafo), a vírgula foi empregada para separar uma expressão adverbial antecipada.

Questão 36

Em “Isso porque [...]” (segundo parágrafo), a palavra em destaque introduz uma

- A) adição.
- B) conclusão.
- C) condição.
- D) contestação.
- E) explicação.

Questão 37

Em “No entanto, a verdade é que são mais arriscados [...]” (quarto parágrafo), a locução em destaque NÃO poderia ser substituída por

- A) mas.
- B) portanto.
- C) contudo.
- D) todavia.
- E) entretanto.

Questão 38

Assinale a alternativa em que todas as palavras retiradas do texto são proparoxítonas.

- A) últimos / fenômenos / também
- B) código / saúde / você
- C) será / ressonância / carência
- D) geográfica / magnética / econômica
- E) período / favorável / agência

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Questão 39

Conforme determina o artigo 28 do Estatuto da Criança e do Adolescente, independentemente da situação jurídica, como será feita a colocação da criança ou adolescente em família substituta?

- A) Mediante guarda, tutela ou adoção.
- B) Mediante tutela, curatela ou adoção.
- C) Mediante guarda, tutela ou curatela.
- D) Mediante guarda, curatela ou adoção.
- E) Mediante guarda, tutela, curatela ou adoção.

Questão 40

Assinale a alternativa **incorreta**.

- A) Nenhum adolescente a quem se atribua a prática de ato infracional, ainda que ausente ou foragido, será processado sem defensor.
- B) As manifestações processuais do representante do Ministério Público deverão ser fundamentadas.
- C) Compete ao Ministério Público conceder a remissão como forma de exclusão do processo.
- D) Admitir-se-á litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União e dos estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- E) Para as ações cíveis fundadas em interesses coletivos ou difusos, consideram-se legitimadas apenas as associações legalmente constituídas há pelo menos três anos.